


A “metafísica silenciosa” no *Tractatus Logico-Philosophicus*

“Silent metaphysics” in the *Tractatus Logico-Philosophicus*

 10.21680/1983-2109.2023v30n62ID29477

Gabriel Gurae Guedes Paes

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
ggurae@yahoo.com.br

Resumo: Lopes dos Santos, ao colocar o *Tractatus Logico-Philosophicus* no que denomina “tradição crítica”, mostra que Wittgenstein delimita o alcance da filosofia ao eliminar sua pretensão de ser um tipo de conhecimento que, como a ciência, possa formular proposições verificáveis sobre objetos. E Wittgenstein faz isso de modo distinto da crítica moderna à metafísica, pois elimina o sujeito do problema: não é preciso recorrer a faculdades subjetivas para fazer essa delimitação, mas apenas à linguagem na qual o pensamento se expressa. Por outro lado, na perspectiva da “tradição lógica”, há na mesma obra uma identificação entre a essência do “logos” que pode enunciar algo verdadeiro sobre o ser e do próprio ser do qual se fala nesse discurso. Nosso objetivo é destacar este vínculo com a “tradição lógica” para defender que, para além de uma “virada linguística”, há no *Tractatus* uma espécie de “metafísica silenciosa” que coloca problemas tais

como o do sujeito e o da “essência” do mundo em seu correto lugar após passá-los pelo crivo da crítica.

Palavras-Chave: Metafísica, linguagem, silêncio, Wittgenstein.

Abstract: Lopes dos Santos, by placing the *Tractatus Logico-Philosophicus* in what he calls “critical tradition”, shows that Wittgenstein limits the scope of philosophy by eliminating its claim to be a type of knowledge that, like science, can formulate verifiable propositions about objects. And Wittgenstein does this in a different way from the modern critique of metaphysics, as he eliminates the subject from the problem: it is not necessary to resort to subjective faculties to make this delimitation, but only to the language in which thought is expressed. On the other hand, from the perspective of the “logical tradition”, there is in the same work an identification between the essence of the “logos” that can enunciate something true about being and the very being that is spoken of in this discourse. Our objective is to highlight this link with the “logical tradition” to defend that, in addition to a “linguistic turn”, there is in the *Tractatus* a kind of “silent metaphysics” that poses problems such as the subject and the “essence” of the subject. world in its rightful place after passing them through the sieve of criticism.

Keywords: Metaphysics, language, silence, Wittgenstein.

No livro *Erro, razão e loucura*, Bento Prado Jr. identifica no *Tractatus Logico-Philosophicus* dois caminhos que, apesar de parecerem contraditórios, são duas faces do mesmo exercício filosófico. Essas duas faces são a delimitação do que pode ser dito e a metafísica: “Ao delimitar o campo do dizível e do pensável, o filósofo aponta para o inefável como o tólos de sua empresa” (PRADO JR., p. 126). Vemos que, Prado Jr., não apenas mostra a inseparabilidade dessas duas vias como dá destaque para a metafísica como o

télos e alvo essencial do *Tractatus*. Também, como veremos, Luiz Henrique Lopes dos Santos coloca o livro de Wittgenstein publicado em 1921 em uma espécie de via dupla: a delimitação “crítica” do dizível é inseparável da exibição da isomorfia entre a forma da linguagem e a realidade. Apesar de eliminar as pretensões de uma metafísica que pretende figurar seu objeto de modo judicativo, a exibição silenciosa da forma cumpre, ao seu modo, o programa de uma metafísica. Nosso objetivo é destacar o vínculo com a “tradição lógica” para defender que, para além de uma “virada linguística”, há no *Tractatus* uma “metafísica silenciosa” que coloca problemas tais como o do sujeito e o da “essência” do mundo em seu correto lugar após passá-los pelo crivo da crítica. A interpretação de Prado Jr., ao afirmar que a delimitação crítica, ao mesmo tempo, aponta para o seu além metafísico, nos permite exibir o elo entre as duas vias apontadas por Lopes dos Santos. Antes de entrar na distinção de Lopes dos Santos, vamos começar por uma exposição da delimitação do dizível e do pensável, ou seja, do que pode ser dito com sentido em uma proposição. Tal exposição permitirá, ao mesmo tempo, apontar para o avesso silencioso do que pode ser dito. É nesse avesso silencioso que será delineado o que entendemos por “metafísica silenciosa”.

I

No *Tractatus*, o sentido da proposição se dá em relação ao que deve ocorrer em um estado de coisas para que esta possa ser verdadeira: “A proposição mostra seu sentido. A proposição mostra como estão as coisas se for verdadeira. E diz que estão assim” (WITTGENSTEIN, 2010, 4.022). Uma proposição figura um estado de coisas e podemos verificar se ela é verdadeira ou falsa na medida em que o estado de coisas

que ela representa ocorre ou não ocorre. Mesmo quando não ocorre o que diz a proposição, sei o que deve ocorrer se a proposição for verdadeira, em outras palavras, sei o que ela representa: “O que uma figuração representa é seu sentido” (WITTGENSTEIN, 2010, 2.221). Justamente porque compreendo o sentido de uma proposição (o que ela representa), posso identificar se ela é verdadeira ou falsa: “Na concordância ou discordância de seu sentido com a realidade consiste sua verdade ou falsidade” (WITTGENSTEIN, 2010, 2.222). Conforme Segatto, “O sentido da proposição define-se pela possibilidade de descrever as coisas tal como efetivamente são e tal como efetivamente não são, ou seja, pela possibilidade de que seja verdadeira e de que seja falsa” (SEGATTO, 2015, p. 25). A possibilidade de comparação com a realidade constitui o que entendemos por sentido.

Nem mesmo os nomes que compõem a proposição possuem sentido quando separados de uma proposição, “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado” (WITTGENSTEIN, 2010, 3.3). A proposição “a caneta está na mesa”, por exemplo, possui sentido, pois sei o que deve ocorrer para ela ser verdadeira. Já a palavra “caneta”, separada da totalidade que é a proposição, possui apenas referência (significado), mas não sentido, pois a palavra “caneta” não diz nada, não é verdadeira nem falsa. Só na totalidade que é o arranjo composto por nomes há sentido. De acordo com Gustavo Michetti:

Os nomes que constituem proposições elementares não têm sentido. (...) só uma proposição tem sentido, pois só ela pode proporcionar um ato de escolha: uma proposição escolhe dizer que certos elementos da realidade estão articulados uns aos outros ou, pelo contrário, escolhe dizer que estes elementos não se encontram articulados; isto mostra a possibilidade da proposição ser verdadeira ou falsa. Um nome não pode vincular um ato de escolha, nada é dito pelo nome “João” quando este aparece isoladamente (MICHETTI, 2014, 189).

Uma proposição possui um arranjo entre seus nomes que está no lugar de um possível arranjo de objetos em um estado de coisas. E para que os nomes na proposição componham um arranjo de nomes que seja equivalente ao arranjo de objetos no estado de coisas figurado, os nomes devem compartilhar a forma lógica dos objetos que representa. A forma do objeto é a “possibilidade de seu aparecer nos estados de coisas” WITTGENSTEIN, 2010, 2.014). A proposição apresenta um estado de coisas possível, uma relação possível entre objetos do fato que representa. Citando Michetti novamente:

tanto proposições quanto fatos têm a mesma forma lógica. Isso mostra que a proposição vincula seus elementos da mesma maneira que os elementos dos fatos estão vinculados, ou seja, a proposição é uma ligação de elementos que são apresentados como uma possível ligação de elementos na realidade (no fato). Assim, toda proposição tem uma estrutura, a maneira como seus elementos se encontram relacionados e, por isso, a sua forma deve ser a mesma que a da situação que ela representa (MICHETTI, 2014, 188).

A proposição deve descrever fatos onde os objetos que o compõe possam se articular do mesmo modo que os nomes na proposição. Os nomes na proposição, assim como os objetos do fato que figura, poderiam ser articulados de outro modo. Que os nomes na proposição possuam a mesma *forma* dos objetos – ou seja, que os nomes na proposição *possam* se articular da mesma maneira que os objetos de um fato – é o que permite que a proposição tenha sentido mesmo quando seja falsa. No caso de ser falsa, verificamos que os objetos do fato representado não estão efetivamente articulados como a proposição indica, mas *poderiam* estar e compreendemos como os fatos seriam se estivessem efetivamente articulados como indica a proposição.

No aforismo 2.011 do *Tractatus* lemos que “É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas”. O que é essencial para uma coisa não é um conjunto de predicados essenciais que ela deve possuir para ser o que é em oposição a predicados acidentais, mas a possibilidade de figurar em um estado de coisas. Assim, Wittgenstein elimina o binômio gramatical sujeito-predicado que desemboca no binômio metafísico substância-essência. Não há essência oculta por trás das coisas. Que as coisas estejam *como* estão é algo acidental, elas *poderiam* estar de outra maneira. Também não há uma *necessidade* oculta nas coisas. Para mostrar isso, é preciso falar sobre a proposição molecular.

Até aqui, falamos de proposições cuja verdade ou falsidade podem ser compreendidas pela comparação imediata com o que é o caso no mundo. Essas proposições, que podem ser imediatamente comparadas com um estado de coisas, equivalem ao que Wittgenstein denomina proposições elementares. Um nome que compõe a proposição elementar é um “sinal simples” que substitui um objeto na realidade¹. Nessas proposições os nomes, assim como os objetos na realidade, não podem ser decompostos². Quando analisada, a proposição se mostra como configuração de sinais simples que “corresponde a configuração dos objetos na situação” (WITTGENSTEIN, 2010, 3.21). A verdade ou falsidade da proposição elementar depende unicamente de que os objetos na situação correspondam ou não ao modo como a proposição

¹ Cf, Wittgenstein, 2010, 3.201.

² “Os objetos constituem a substância do mundo, por isso não podem ser compostos (WITTGENSTEIN, 2010, 2.021, p. 133)”. Temos aqui uma dificuldade que não iremos explorar. É que proposições como “a caneta está sobre a mesa” não são proposições elementares, pois os nomes e objetos nomeados nas proposições elementares não podem ser compostos. A caneta, por exemplo, pode ser decomposta em haste, tinta, pena, corpo, etc. A caneta, portanto, assim como a mesa, não é objeto simples.

os figura e independe da verdade ou falsidade de outra proposição elementar. No entanto, essas proposições elementares podem ser combinadas em proposições mais complexas que, por meio de conectivos (“ou”, “e”, “não”, etc.), articulam não objetos de uma situação, mas outras proposições. Se “p” e “q”, por exemplo, são proposições elementares, então a conjunção “p e q” será verdadeira apenas quando a proposição “p” e a proposição “q” forem ambas verdadeiras. No caso de outro tipo de proposição molecular como “p ou q”, temos uma disjunção que será necessariamente verdadeira se pelo menos uma das proposições elementares que ela combina for verdadeira. É aqui que entra a necessidade: se tanto “p” quanto “q” forem verdadeiras, “p e q” será *necessariamente* verdadeira. Também um silogismo é uma proposição molecular cuja conclusão é uma proposição que será *necessariamente* verdadeira se as proposições que compõem as premissas forem verdadeiras. Isso traz uma dificuldade: é que essa “necessidade” que observamos na forma das proposições moleculares pode ser expressa em algo que parece uma proposição e que não é uma proposição. Alguém pode ser levado a acreditar que algo como “a proposição ‘p e q’ é verdadeira somente quando as proposições simples que ela combina forem verdadeiras” é uma *proposição necessária* que se refere à estado de coisas no mundo. Mas esta fórmula não é uma proposição, pois não diz nada a respeito das coisas, apenas exhibe as condições de verdade da conjunção “p e q”. Esse tipo de fórmula causa a falsa impressão de que estamos tratando de proposições que dizem algo sobre o mundo. É essa confusão entre o que é uma proposição e a descrição de suas condições de verdade que faz surgir teorias metafísicas que afirmam que a necessidade é algo que corresponde à substância da realidade. Assim, um meio mais adequado para exhibir as condições de verdade de uma proposição molecular é a tabela verdade, pois apenas “visualizamos” que a proposição molecular “p e q” será

verdadeira se as proposições simples “p” e “q” que ela combina forem também verdadeiras. Aqui, conectivos como “ \wedge ” se tornam dispensáveis para compreender as condições de verdade da conjunção:

p	q	
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Com isso, Wittgenstein elimina a concepção de “objetos lógicos” dotados de “significado”, o que fazia com que o sentido das proposições dependesse também do “significado” dos conectivos. Lopes dos Santos explica que “os lógicos são naturalmente tentados a entender o conectivo como um símbolo para algo que se acrescenta ao sentido de p e ao sentido de q para com eles construir o sentido da proposição molecular” (SANTOS, 2010, p. 77). Como explica Wittgenstein no aforismo 4.44, quando colocamos a proposição molecular na tabela fica mais difícil acreditar que as linhas horizontais e verticais são símbolos que devem corresponder a algum “objeto lógico”. Os conectivos não se referem a objetos de qualquer tipo que seja. Muito menos possuem um sentido que pode ou não ser verificado como verdadeiro ou falso. Podemos verificar se a proposição é verdadeira ou falsa, não se o que os conectivos “representam” é verdadeiro ou falso. Conforme Margutti, “As chamadas ‘constantes lógicas’, como ‘e’, ‘ou’, ‘se...então’ etc., não são nomes de ‘relações abstratas’ que funcionariam como ‘objetos lógicos’. Elas não são como os signos simples, que designam

objetos simples; na verdade, elas nada designam” (MARGUTTI, 1998, p. 203). Objetos são as coisas relacionadas em um fato que são substituídos por nomes relacionados na proposição. Os conectivos apenas delimitam uma possibilidade combinatória entre proposições, não dizem algo sobre “objetos lógicos” ou qualquer outro tipo de objeto. Tanto é assim que os conectivos podem ser perfeitamente eliminados quando utilizamos a tabela-verdade para exibir de modo mais adequado as possibilidades combinatórias de uma proposição molecular.

Sobre a necessidade, é preciso também destacar que a verdade de uma proposição elementar não depende da verdade de outra proposição elementar, pois esta apenas diz que algo ocorre. Já a proposição molecular combina fatos que podem ou não ocorrerem, ou seja, combina o que dizem as proposições elementares. Entre os fatos não há relação necessária, a necessidade decorre da relação funcional entre fatos que articulamos nas proposições moleculares e não do encadeamento entre as próprias coisas nos fatos. Como vimos, que as coisas estejam como estão é algo accidental. A necessidade independe do que ocorre no mundo, ela não é factual, pois “Só há necessidade lógica” (WITTGENSTEIN, 2010, 6.37). Como resume Santos, os conectivos “não remetem a uma suposta articulação que deveria existir entre estados de coisas para que uma proposição molecular fosse verdadeira, já que estados de coisas não se articulam de maneira nenhuma” (SANTOS, 1996, p. 77). O modo como os estados de coisas se articulam não está nos fatos em si mesmos, mas depende da “métrica” com que unificamos os fatos. A física newtoniana, por exemplo, nada diz sobre a necessidade que há no mundo em si, mas diz algo sobre fatos que “conectamos” segundo as regras necessárias desta teoria. Os fatos podem ser organizados de acordo com outras “métricas”, como a teoria da relatividade em que o espaço e tempo não “funcionam” como na mecânica newtoniana. Como explica

Lopes dos Santos, “a ninguém deve ocorrer perguntar se os eventos do mundo estão intrinsecamente submetidos às leis newtonianas ou às leis aristotélicas. Eles não estão intrinsecamente submetidos a nenhuma legalidade. Só há a legalidade lógica” (SANTOS, 2010, p. 94).

Voltemos à proposição simples que não relaciona funcionalmente outras proposições, mas que se dirige imediatamente às coisas que designa com os nomes simples que a compõe. Para figurar um estado de coisas a proposição simples deve compartilhar a forma lógica do estado de coisas que figura. E se a proposição molecular nada pode dizer sobre a necessidade que apenas se mostra na tabela-verdade como condição de verdade das funções proposicionais, a proposição simples nada diz sobre a essência de uma coisa, ou seja, nada diz sobre a forma enquanto possibilidade de uma coisa se articular em um estado de coisas. A proposição simples figura um estado de coisas, não a forma que compartilha com o estado de coisas: “Sua forma de afiguração, contudo, a afiguração não pode afigurar; apenas a exhibe” (Wittgenstein, 2010, 2.172). Não podemos ver a visão, pois a visão não é coisa vista no campo visual, mas condição da visibilidade. Do mesmo modo, não podemos enunciar uma proposição que possa ser verdadeira ou falsa sobre a forma, pois a forma não é um fato para ser ou não figurado, mas condição para que se possa figurar fatos. Sendo assim, qualquer discurso que diga algo sobre a forma não possui sentido, a forma apenas se mostra na proposição quando dizemos algo sobre um fato. Só é possível dizer algo com sentido sobre fatos, não sobre formas. Como lemos no *Tractatus*:

A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem esta não pode representar. O que se exprime na linguagem nós não podemos exprimir por meio dela. A proposição mostra a forma lógica da realidade (WITTGENSTEIN, 2010, 4.121).

No entanto, é preciso uma estratégia para colocar em evidência o que se mostra na proposição para estabelecer os limites do que pode ou não ser dito na linguagem. E para mostrar o que não pode ser dito, o contrassenso é inevitável, pois o único recurso para fazê-lo é dizendo o que não pode ser dito. Wittgenstein, conforme Margutti, deve chocar-se com as fronteiras do dizível para mostrar o indizível. E esse chocar-se com as fronteiras do dizível se exerce pela evidência do fracasso linguístico dos aforismos do *Tractatus*. Mas esse fracasso, poderíamos dizer, é também o “sucesso”, pois justamente quando compreendemos que eles são contrassensos conseguimos atingir o que se mostra em silêncio no que pode ser dito:

A tentativa de dizer o que se mostra, o debater-se contra os limites da linguagem vai aos poucos gerando a almejada clarificação conceitual, como se estivéssemos subindo uma escada. Cada degrau percorrido, apesar do fracasso linguístico envolvido, possibilita uma vivência independente daquilo que se mostra nas coisas que podem ser ditas (MARGUTTI, 1998, p. 354-355).

Assim, o *Tractatus* termina de modo desconcertante, pois descobrimos que a própria linguagem da qual Wittgenstein se utiliza como “escada” para nos fazer ver a forma e o sentido não possui sentido. Devemos abandonar a escada dos aforismos e, ao falar sobre as coisas, só podemos contemplar em silêncio o sentido e a forma que desde sempre “já estavam lá”, ou seja, já se mostravam na proposição sem que nos atentássemos:

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhece-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela). Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente WITTGENSTEIN, 2010, 6.54)

Assim, Wittgenstein encerra o *Tractatus* com o silêncio: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”. (Wittgenstein, 2010, 7).

II

O *Tractatus*, ao “mostrar” os limites do que pode ser dito com sentido pela exposição da forma lógica da proposição, faz Lopes dos Santos situar Wittgenstein na confluência de duas tradições históricas da filosofia, a “tradição crítica” e “tradição lógica”. A tradição crítica é caracterizada por colocar o seguinte problema: “o que se pode legitimamente pretender conhecer?” (SANTOS, 2010, p. 12). Esse modo de colocar um problema filosófico, segundo Santos, remonta aos sofistas e os céticos. Modernamente, tendo como expoentes Hume e Kant, o problema se dá no contexto das ciências empíricas e da pretensão da filosofia em atingir conhecimentos verdadeiros sobre “objetos” como “o essencial, o necessário, o absoluto, o incondicionado, a totalidade” (SANTOS, 2010, p. 12). Esses “objetos”, que estão *para além* do que pode ser dado empiricamente, constituem o domínio da metafísica. Conforme Santos, a questão central da tradição crítica em sua fisionomia moderna pode ser colocada nos seguintes termos: “seria, em princípio, acessível aos instrumentos de que dispõe os sujeitos do conhecimento aquilo que a metafísica, por definição, cumpriria conhecer?” (SANTOS, 2010, p. 12). Assim, na tradição crítica moderna o *sujeito*, enquanto sujeito das representações que torna possível o conhecimento, exerce um papel central. E como esse sujeito é sujeito do *conhecimento*, a centralidade do sujeito significa também centralidade da epistemologia:

Dadas as condições subjetivas – não *necessariamente* psicológicas (diria Kant), mas certamente subjetivas – de constituição e aplicação das representações humanas, a

metafísica é reputada impossível, na medida em que seus supostos objetos se mostram incompatíveis com essas condições. Os limites do conhecimento teórico possível são, pois, epistemologicamente traçados (SANTOS, 2010, p. 14).

Dentro dessa vinculação histórica à “tradição crítica”, Wittgenstein repudia não a verdade de uma ou outra doutrina filosófica em relação a tal ou tal objeto, mas a pretensão de que a filosofia possa ser um tipo de conhecimento representativo que, como a ciência, possa formular proposições verificáveis sobre objetos. E Wittgenstein faz isso de modo distinto da crítica moderna à metafísica, pois elimina o sujeito do problema. Não é preciso recorrer a faculdades subjetivas para delimitar o alcance do conhecimento, mas apenas à linguagem na qual o pensamento se expressa, ou seja, à proposição: “A crítica epistemológica das faculdades subjetivas do conhecimento cede lugar a uma crítica lógica” crítica que é “apoiada numa caracterização da forma essencial da proposição que pretende fazer total abstração da natureza do sujeito que representa” (SANTOS, 2010, p. 15). O filósofo, ao pretender falar do essencial, do necessário, do absoluto ou do incondicionado, confunde a forma da linguagem com objetos e produz um discurso que faz tanto sentido como “ele teve cujo” ou “fj8s%pz”. Temos assim, no *Tractatus*, uma delimitação crítica do conhecimento e das pretensões metafísicas que, ao retirar a centralidade do sujeito, retira também a epistemologia do centro do pensamento filosófico. O problema filosófico fundamental não é mais “o que podem as faculdades de entendimento do sujeito?”, mas “o que pode a linguagem?”. A epistemologia é substituída pela filosofia da linguagem. No *Tractatus*, o problema da linguagem é abordado do ponto de vista da lógica, tendo como centro o que pode ser verdadeiro ou falso, ou seja, o discurso com sentido que se expressa na proposição.

Lopes dos Santos explica que essa abordagem estritamente lógica do problema do sentido não é uma novidade inaugurada por Wittgenstein e tem como marco histórico fundamental a *Conceitografia* de Frege. A concepção de que o sentido da proposição são suas condições de verdade (a possibilidade de saber de antemão o que deve ocorrer na realidade para a proposição ser verdadeira, mesmo que ela se mostre falsa) consiste em um “lema” de Frege. A eliminação do sujeito de conhecimento e, conseqüentemente, da epistemologia é expressão de um “antipsicologismo militante” na abordagem lógica do sentido.

Ao colocar o discurso lógico no centro do *Tractatus*, Wittgenstein se localiza em outra tradição histórica que Santos denomina tradição lógica, tradição que passa por filósofos como Platão, Aristóteles, Leibniz e Frege. Na perspectiva da tradição lógica, há uma identificação entre a essência do “logos” que pode enunciar algo verdadeiro sobre o ser e o próprio ser do qual se fala nesse discurso³. Se o

³ Santos destaca que o problema da relação entre um discurso com sentido e o ser remonta ao *Sofista* de Platão em que é colocada em questão a possibilidade do discurso falso que diz do *ser* o que ele *não é*, bem como, diz do que *não é* que *é*. No diálogo, a definição de sofista como artista mimético que produz discursos falsos, simulacros da verdade, entra em dificuldade diante da concepção da escola de Parmênides que afirma: “Jamais obrigaras os não-seres a ser”. Essa dificuldade é conhecida como paradoxo do falso: se o discurso é discurso sobre algo, o discurso falso não pode existir pois é um discurso sobre o que não é. Para que seja possível o discurso falso é preciso demonstrar que “o não-ser, em certo sentido é; e que, por sua vez, o ser, de certa forma não é”, caso contrário “não poderemos, de forma alguma, falar nem de discursos falsos nem de opiniões falsas (PLATÃO, 1991, p. 168-169)”. O caminho para resolver o paradoxo do falso no *Sofista* leva ao que compreendemos por juízo ao definir o discurso como entrelaçamento entre um nome e um verbo, o que o distingue do mero nomear: “Ele nos dá alguma indicação relativa a coisas que são, ou se tornam, ou formam, ou serão; não se limitando a nomear, mas permitindo-nos ver algo acontecendo, entrelaçando verbos e nomes (PLATÃO, 1991, p. 196)”. Wittgenstein, no *Tractatus*, soluciona ao seu

discurso pode enunciar algo verdadeiro sobre a realidade, ele reflete algo da própria realidade. A análise sobre as condições lógicas do discurso “se revelará capaz de fundar não apenas teses relativas à linguagem e ao pensamento, mas também teses relativas à estrutura essencial do que, na própria realidade, pode ser pensado e representado pelo discurso”.(SANTOS, 2010, p. 14 Assim, ao mesmo tempo em que, no *Tractatus*, Wittgenstein delimita o que pode ser dito com sentido (tradição crítica), também estabelece a estrutura lógica da realidade (tradição lógica). Apesar de limitar as pretensões de a metafísica dizer algo com sentido, o *Tractatus* elabora uma tese não só relativa à linguagem e ao pensamento, mas à própria realidade. Conforme o aforismo 5.4711 do *Tractatus*: “Especificar a essência da proposição significa especificar a essência de toda descrição e, portanto, a essência do mundo”.

No *Tractatus* o mundo é “A totalidade dos estados existentes de coisas” (Wittgenstein, 2010, 2.04), ou, conforme Lopes dos Santos no artigo *A harmonia essencial*, o conjunto das “possibilidades efetivamente realizadas” (SANTOS, 1996, p. 448). O mundo não é, portanto, apenas conjunto de todos os fatos contingentes efetivamente realizados, mas os fatos contingentes enquanto realizados no interior de *possibilidades* que caracteriza o *espaço lógico*⁴. Como explica Santos, “o mundo como conjunto das possibilidades efetivamente realizadas, consiste, pois, numa circunscrição interna desse espaço” (SANTOS, 1996, p. 448). Assim, Wittgenstein nos deixa mais uma vez desconcertados: se do lado da tradição crítica impossibilita a metafísica dogmática que “concebe o

modo o paradoxo do falso herdado de Platão e, como vemos no aforismo 3.3, retoma a distinção entre nome e juízo: “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”.

⁴ “os fatos no espaço lógico são o mundo” (WITTGENSTEIN, 2010, 1.13).

fundamento e a essência como fatos, isto é, como objetos de representação proposicional” (SANTOS, 1996, p. 450), em consonância com a tradição lógica cumpre um programa metafísico ao *mostrar* a relação entre a essência do mundo, do pensamento e da linguagem:

o espaço lógico define a estrutura essencial do mundo e a estrutura essencial do pensamento e da linguagem, na medida em que define a totalidade do que pode existir e a totalidade do que se pode pensar e representar proposicionalmente. Esse espaço revela-se o fundamento absoluto e total do mundo e do pensamento.⁵ (SANTOS, 1996, p. 450)

O essencial, o necessário, o absoluto e o incondicionado, que de modo ingênuo são confundidos com fatos pelo metafísico dogmático, estão no *Tractatus*, não como objetos ou fatos, mas condição para que nos sejam dados objetos e fatos. Santos explica que o *Tractatus* não conseguiu escapar de um “dogmatismo essencialista”. Apesar de romper com a concepção de uma substância que teria em si mesmo uma essência oculta que pudesse ser designada através de predicados essenciais, – já que não há predicados essenciais e a essência diz respeito a forma, ou seja, a possibilidade de configurar em um estado de coisas contingente – ainda há no *Tractatus* “a ideia de que o mundo tem, em si e por si mesmo, uma estrutura essencial, que se revela na estrutura essencial da linguagem e do pensamento” (SANTOS, 1996, p. 425).

Com a exposição de Santos, que situa o *Tractatus* entre a tradição crítica e lógica, podemos concluir que, apesar de só a proposição possuir sentido, o problema do sentido não se reduz a análise lógica. Com isso queremos dizer que o *Tractatus* não é apenas um tratado de lógica que mostra as condições de validade de um discurso independentemente de

⁵ Idem, *ibidem*.

sua verdade ou falsidade, mas “mostra” algo sobre a própria realidade. Não podemos negar que o sentido da proposição independe de ela ser efetivamente verdadeira ou falsa, ou seja, independe de *como* as coisas estão efetivamente no mundo⁶. Assim, conforme o aforismo 5.473, “A lógica deve cuidar de si mesma” e não precisa recorrer ao que ocorre no mundo para se constituir enquanto lógica. No entanto, dizer que o sentido da proposição independe do que seja efetivamente o caso não quer dizer que ela não se relaciona com a realidade, pelo contrário, a proposição só tem sentido porque diz algo *possível* de ser ou não o caso, ou seja, compartilha a forma lógica da própria realidade. No entanto, se colocar em evidência o que se mostra como forma “essencial” da realidade é fazer “metafísica”, devemos colocar muitas aspas neste termo, pois Wittgenstein joga a escada fora e somos impedidos de dizer qualquer coisa sobre o “essencial”. A metafísica criticada por Wittgenstein, ao dizer algo sobre a essência como se esta fosse um objeto de um estado de coisas que podem ser figurados na proposição, ignora o uso correto da linguagem e trata como coisa nomeável aquilo que apenas se mostra.

Para aprofundar a “metafísica silenciosa” no *Tractatus* vamos analisar brevemente o conceito de sujeito. Vimos que Wittgenstein, de acordo com Lopes dos Santos, faz uma delimitação crítica da metafísica de modo distinto da modernidade, pois não é preciso recorrer a faculdades subjetivas para traçar o alcance do conhecimento. Para traçar o limite do conhecimento é suficiente recorrer apenas à linguagem na qual o pensamento se expressa. Contudo,

⁶ Conforme Michetti, “A generalidade com que a lógica trata as formas elementares revela que não é de seu escopo determinar *como* as coisas estão por meio de uma forma específica, mas cabe a ela esclarecer o *quê*: que as proposições elementares são logicamente independentes entre si, que são uma concatenação imediata de nomes e figuram estados de coisas” (MICHETTI, 2020, p. 317).

Wittgenstein utiliza a primeira pessoa no aforismo 5.6: “Os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo.” Temos, no *Tractatus*, um “eu filosófico” que é um “sujeito metafísico”: “O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o *sujeito metafísico*, o limite – não uma parte – do mundo” (WITTGENSTEIN, 2010, 5.641). Assim como a visão não está no campo de visão, pois não vemos a visão como vemos uma cadeira que está em nosso campo de visão, o sujeito não está no mundo, mas é limite do mundo⁷. A linguagem e o olhar, expressões do sujeito metafísico, não são limitados por algo externo a eles mesmo, mas limites. Enquanto limites, são *sem limites*. Se fossemos buscar o limite do limite cairíamos em um círculo infinito. A analogia do olho permite, segundo Margutti, “compreender que, por um lado, o sujeito contempla o mundo e que, por outro, o sujeito não é contemplado por ninguém. Sem sujeito não há mundo. Mesmo assim, o sujeito não está no mundo: ele é limite do mundo” (MARGUTTI, 1998, p. 261).

Não podemos ver fora dos limites da visão do mesmo modo que não podemos pensar os fatos fora dos limites da linguagem. Mas dizer que os limites do mundo são os limites da minha linguagem não significa que o sujeito está fechado em uma redoma onde tudo é projeção de suas representações. Que o mundo e a linguagem possuam uma forma em comum mostra que uma proposição que enunciamos ao dizer que “isto está assim” refere-se a um fato que *pode* ocorrer no mundo, mas não que esse fato ocorre efetivamente. Isso continua sendo válido mesmo quando utilizamos a primeira: de que meu mundo seja limitado por uma forma que é também forma da minha linguagem não se pode concluir que o que ocorre se dá *por causa* dessa forma, assim como não se pode concluir que tais e tais objetos que vejo no meu campo visual existem

⁷ “O sujeito não pertence ao mundo, mas é limite do mundo” (WITTGENSTEIN, 2010, 5.632).

por causa da minha visão. Os objetos não existem porque os vemos e os fatos não ocorrem por causa das proposições que enunciamos. Só podemos ter uma linguagem ou uma visão porque aquilo que dizemos e vemos pode ou não ocorrer ou pode ou não ser visto no campo visual:

Tudo que vemos poderia também ser diferente.

Tudo que podemos em geral descrever poderia também ser diferente (WITTGENSTEIN, 2010, 5.634).

Não há no mundo uma ordem a priori antecipando ou relacionando o que acontece. Assim, o “solipsismo” do *Tractatus* coincide com o “realismo”, pois se os limites do meu mundo são os limites de minha linguagem, só é possível dizer algo que pode ser o caso, ou seja, de fatos que independem de minha vontade para serem ou não o caso: “O mundo independe de minha vontade” (WITTGENSTEIN, 2010, 6.373) e “Ainda que tudo que desejasse acontecesse, isso seria, por assim dizer, apenas uma graça do destino” (WITTGENSTEIN, 2010, 6.374). É por isso que não há valores éticos no mundo, pois as coisas não são como devem ser, mas apenas ocorrem como ocorrem. A ética, portanto, se dá na ação, e não no que pode ser dito. Se há alguma espécie de recompensa ou punição ética, “elas devem estar na própria ação” (WITTGENSTEIN, 2010, 6.422), e não em um estado de coisas. Portanto, “se a boa ou a má ação altera o mundo, só pode alterar os limites do mundo, não os fatos, não o que pode ser expresso pela linguagem” (Wittgenstein, 2010, 6.422, 6.43). Segundo Margutti, para além do modo como as coisas se apresentam nos fatos, “a ética pertence à dimensão do sujeito metafísico” (MARGUTTI, 1998, p. 263). Há uma diferença entre a vontade como objeto de estudo psicológico e a vontade como portadora da ética. No *Tractatus* lemos que “a vontade como fenômeno interessa apenas à psicologia”, mas “da vontade como portadora do que é ético não se pode falar” (WITTGENSTEIN, 2010, 6.423).

Assim, temos de um lado fatos que podem ou não existir e, de outro, um “sujeito metafísico”, limite do mundo e que, portanto, não existe como fato no mundo: “O sujeito que pensa, representa, não existe” (WITTGENSTEIN, 2010, 5.631). Como o sujeito não existe como os fatos no mundo, dele nada podemos dizer com sentido, ele apenas se mostra. Essa constatação nos faz questionar até que ponto a “virada linguística” do Tractatus retira o sujeito da filosofia. Se o Tractatus está inserido no contexto filosófico de uma virada linguística que retira do terreno o moderno sujeito do conhecimento para pensar diretamente a relação entre linguagem e mundo, nem por isso deixa de haver um sujeito no Tractatus. As condições de verdade da proposição são perfeitamente compreendidas sem recorreremos a faculdades cognitivas do sujeito, no entanto há no Tractatus um sujeito que pensa, representa, age eticamente, não existe, não é um eu psicológico, nem a alma, nem o homem, nem parte do mundo, não é limitado, mas é limite do mundo.

O campo de investigação que elabora proposições para dizer como estão (ou podem estar) as coisas, ou seja, o discurso sobre estado de coisas que pode ser verdadeiro ou falso, é campo da teoria científica, não da filosofia. No aforismo 4.112 do Tractatus vemos que, diferente da ciência, “A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade”, sendo assim, “uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras”. O Tractatus conduz, segundo Santos, “à apreensão da estrutura essencial e dos fundamentos absolutos do mundo” (SANTOS, 2010, p. 95), mas, ao contrário da metafísica tradicional, isso não é feito por meio de uma teoria que elabora proposições sobre como são as coisas, mas pela elucidação da forma da proposição que pode dizer algo sobre um estado de coisas. Santos comenta que Wittgenstein trilha no Tractatus um caminho análogo ao de Kant, para quem as questões metafísicas não podem ser

evitadas, mas devem ser colocadas em seu correto lugar após passarem pelo crivo da crítica. As aspirações da metafísica se justificam, mas os meios são equivocados: “A aspiração é atingir as condições de possibilidade, os fundamentos absolutos dos fatos do mundo. O equívoco é pretender representá-los proposicionalmente” (SANTOS, 1996, p.450).

Na linha da tradição crítica, a filosofia se estabelece negativamente no *Tractatus* como uma crítica lógica da filosofia tradicional, uma “terapêutica” que indica os contrassensos das pseudoproposições filosóficas. Por outro lado, positivamente, inserida na tradição lógica, a filosofia desvenda a estrutura essencial do mundo em sua relação com a linguagem. Podemos destacar, no lugar da “terapêutica”, a “metafísica silenciosa” do *Tractatus*. Para além de uma “virada linguística” que, limitando o que pode ser dito, destrona o sujeito do conhecimento da “filosofia primeira” para colocar a linguagem em seu lugar, o *Tractatus* deve chocar-se com as fronteiras do dizível. Como lemos no *Tractatus*, “Para podermos representar a forma lógica, devemos poder-nos instalar, com a proposição, fora da lógica” (WITTGENSTEIN, 2010, 4.12). Mais do que circunscrever-se à linguagem, é preciso chocar-se com suas fronteiras até o fracasso para compreender, fora da lógica, que aquilo que pode ser dito não corresponde à totalidade da vida: “Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados” (WITTGENSTEIN, 2010, 6.52). E isso porque nem mesmo há problema da vida, pois um problema implica uma resposta que diz algo na linguagem, o que faz do ceticismo um contrassenso, já que este “pretende duvidar onde não pode perguntar” (WITTGENSTEIN, 2010, 6.51). Assim, um dos objetivos do *Tractatus* é, segundo Margutti, “proteger o cerne místico-transcendental das tentativas de descrição linguística” (MARGUTTI, 1998, p. 265), o que faz de Wittgenstein “um romântico, que coloca a intuição acima do discurso, a arte e a

filosofia acima da ciência” (MARGUTTI, 1996, p. 360). Ou, conforme Prado Jr, “Um pouco como Kant que dizia: ‘tive que limitar o conhecimento para dar lugar à fé’. Wittgenstein diria: ‘tive que limitar o campo do dizível para dar lugar à ética, à arte e a religião, isto é, à vida” (PRADO JR, 2004, p. 127). A “virada linguística” no Tractatus não é feita apenas para permanecer nos limites da linguagem, mas também para nos fazer sair de suas fronteiras até o silêncio. É por isso que, na carta ao editor do Tractatus, Wittgenstein confia que faltou no prefácio a explicação de que a obra é composta de duas partes, a que foi publicada e a que não foi escrita, sendo que a parte importante é aquela não escrita.

Referências

MARGUTTI, Paulo Roberto Pinto. Iniciação ao silêncio. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MICHETTI, Gustavo Guerardini. Uma questão acerca do espaço lógico no Tractatus Logico-Philosophicus. In: Anais do seminário dos estudantes de pós-graduação em filosofia da UFSCar 2014 10a edição ISSN (Digital): 2358-7334.

_____. *Análise e autonomia da lógica no primeiro Wittgenstein*. Revista Dissertatio de Filosofia, [S.l.], v. 50, p. 315-336, jun. 2020. ISSN 1983-8891.

SANTOS, Luís Henrique Lopes dos. A harmonia essencial. In: A crise da razão, p. 437/456, Funarte/Cia das letras, 1996.

_____. *A essência da proposição e a essência do mundo*. In: Tractatus Logico-Philosophicus. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2010.

PLATÃO. Sofista in: O Banquete, Fédon, Sofista, Político. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

PRADO JR., Bento. Erro, Ilusão, loucura. São Paulo: editora 34, 2004.

SEGATTO, Antonio Ianni. Wittgenstein e a questão da harmonia entre linguagem, pensamento e realidade. São Paulo: Unesp, 2015.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus Logico-Philosophicus. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 2010.

(Submissão: 09/07/22. Aceite: 18/07/23)